

Europa

Novas Fronteiras

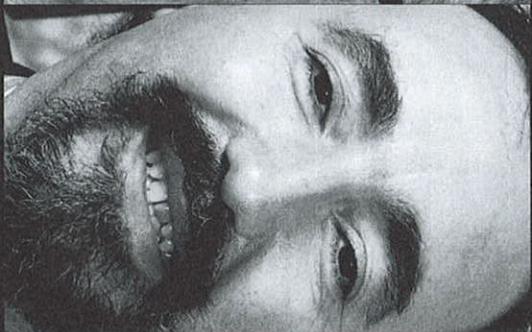
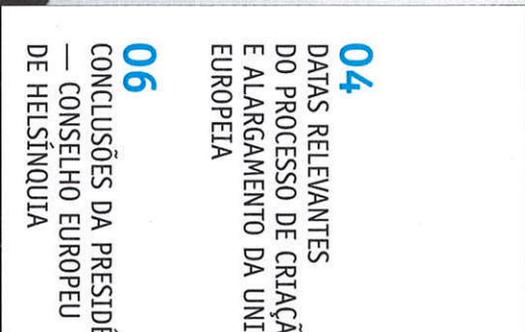
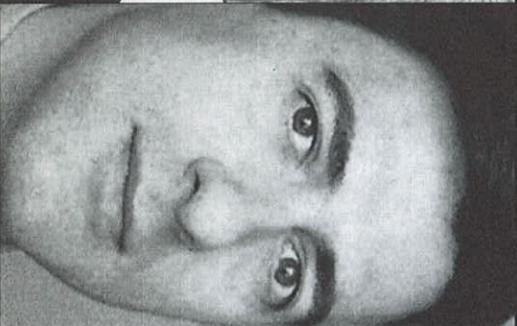
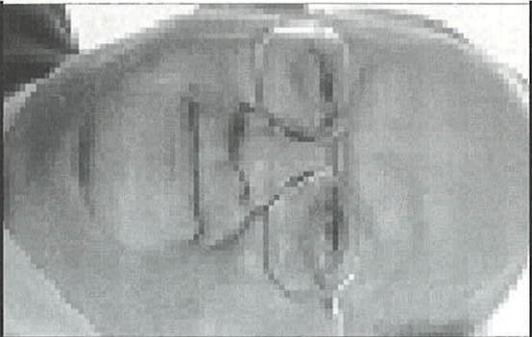
6^o

Edição do Centro de Informação Europeia Jacques Delors Semestral/Dezembro 1999 PREÇO 2250\$

A L A R G A M E N T O



Índice



04
DATAS RELEVANTES
DO PROCESSO DE CRIAÇÃO
E ALARGAMENTO DA UNIÃO
EUROPEIA

06
CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA
— CONSELHO EUROPEU
DE HELSÍNQUIA

88
SELECIONAMOS...
Apresentação de 8 Livros

93
INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA
E LEGISLATIVA

112
SITES SOBRE O ALARGAMENTO

DIRECTOR
María de Jesus da Câmara Chaves

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Filomena António
Ana Maria Martinho
Carlos Medeiros

EDIÇÃO DE
Centro de Informação Europeia
Jacques Delors
Rua Bartolomeu Dias
Centro Cultural de Belém
1400-026 Lisboa Portugal

Tel: 21 365 25 00
Fax: 21 365 25 09
E-mail: cjtd@cjtdelors.pt
Linha verde 800 22 2001

PERIODICIDADE
Semestral
Assinatura Anual
4 200\$00
Número Avulso
2 250\$00

PATROCÍNIO
Fundação para a
Ciência e Tecnologia
PRODUÇÃO
Editorial Caminho

DESIGN GRÁFICO/PAGINAÇÃO
Paula Lopes

TIRAGEM
1000 exemplares
Impressão e acabamento
SIG-Soc. Ind. Gráfica, Lda
ISSN 0873-8068
Depósito legal 112 412/97

10 UM DESAFIO À VISÃO ESTRATÉGICA DOS EUROPEUS
FRANCISCO SARFIELD CABRAL

14 O ALARGAMENTO AO CENTRO E LESTE EUROPEU:
DO REGIME GLOBALITÁRIO A INTEGRAÇÃO REGIONAL
ANTÓNIO COVAS

21 UN DÉFI HISTORIQUE
JEAN-LUC DEHAENE

28 LA AMPLIACION DE LA UNION EUROPEA: UNA VISION DEL SUR
JAVIER ELORZA

34 THE ART OF DECISION-MAKING: THE LESSONS OF KOSOVO
ELEMER HANKISS

42 O QUINTO ALARGAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA — TÃO IRREVERSÍVEL
QUANTO EXIGENTE
VITOR MARTINS

50 THE IMPORTANT ROLE OF LOCAL AND REGIONAL LEVELS WITHIN
THE PROCESS OF ENLARGEMENT
ROGER KALIFF

53 THE EASTWARD EXPANSION
EU, NATO, THE OPEN DOOR AND THE STABILITY PACT
DIMITRIJ RUPEL

66 L'ELARGISSEMENT VU DE L'EST
JACQUES RUPNIK

70 THE ENLARGEMENT OF THE EUROPEAN UNION — THE CURRENT STATE
OF AFFAIRS — THE VIEW FROM POLAND
JACEK SARYUSZ-WOLSKI

79 O FUTURO DO KOSOVO E DA REPÚBLICA FEDERAL DA JUGOSLÁVIA
NO SUDESTE DA EUROPA
DUSAN SIDJANSKI

85 A DINÂMICA DAS NOVAS ADESÕES À UE E AS OPÇÕES PORTUGUESAS
FRANCISCO TORRES

O Futuro do Kosovo e da República Federal da Jugoslávia no Sudeste da Europa *

Dusan Sidjanski

Ao contrário de certos responsáveis políticos realistas, que parecem ter-se resignado com a perspectiva de um Kosovo etnicamente homogéneo (sem Sérvios nem Ciganos), **o autor defende uma solução plurinacional e pluritécnica para toda a região do Sudeste da Europa.** Tanto mais porquanto os problemas ligados à independência ou à autonomia, aos territórios e às fronteiras irão colocar-se em termos totalmente diferentes logo a partir da associação, e ainda mais da adesão desses países e regiões à União Europeia. Daí a necessidade de uma metodologia global e regional, que incluía a Sérvia, e de uma espécie de plano de reconstrução e desenvolvimento, tanto económico como político, dando prioridade aos projectos pluritécnicos e à educação baseada na tolerância e no respeito pelo outro.

A guerra obriga a reflectir sobre os efeitos a longo prazo: a diferença entre as estratégias de uma superpotência mundial e as de uma potência regional, ainda por cima de natureza principalmente económica. A intervenção americana sublinhou o desequilíbrio existente entre os EU e a UE dentro da NATO, ao tornar evidente o domínio americano que, segun-

do Samuel Huntington, se insere num conjunto de políticas e acções unilaterais. A enorme superioridade americana no domínio militar incita ao respectivo uso e abuso, poupando as vidas dos soldados à custa das vidas das populações civis.

A intervenção americana sublinhou o desequilíbrio existente entre os EU e a UE dentro da NATO, ao tornar evidente o domínio americano que, segundo Samuel Huntington, se insere num conjunto de políticas e acções unilaterais.

A União Europeia apareceu como uma fiel seguidora durante a fase de conflito. Mal regressou a paz, assumiu totalmente o respectivo papel de poderoso pólo de desenvolvimento. Enquanto os EU tendem a recorrer à coacção e às sanções, a UE inclina-se para a utilização dos respectivos triunfos e força de atracção que se inserem mais numa política de prevenção de conflitos e de incitação à cooperação regional.

Nesta perspectiva, a NATO, como única organização que reúne os EUA e a UE, não parece adaptada ao novo tabuleiro internacional e poderia mesmo, através dos seus pontos de vista expansionistas, ressuscitar os instintos da guerra fria. Pelo contrário, segundo o autor, o alargamento da UE e, nomeadamente, a sua estreita parceria com a Rússia, são a melhor garantia para a segurança na Europa.

* O texto que publicamos é um excerto do capítulo «*The War against Jugoslavia*» (A Guerra contra a Jugoslávia), que faz parte do livro a publicar sobre o Futuro Federal da Europa (University of Michigan Press).

o alargamento da UE e, nomeadamente, a sua estreita parceria com a Rússia, são a melhor garantia para a segurança na Europa.

Quais as perspectivas para um Kosovo democrático e pluritétnico? Durante a visita que efectuou, em fins de Agosto, ao Kosovo, o embaixador dos Estados Unidos junto das Nações Unidas, Richard Holbrooke, encontrou-se com Thaci e com Rugova. Recomendou ao segundo que mantivesse o rumo, sublinhando que «a guerra tinha acabado, mas que formar uma democracia nesta região é um processo difícil. Compete à NATO fornecer a segurança, mas são os dirigentes políticos que devem proporcionar a democracia política; é esta a mensagem que pretendemos transmitir.»¹ Incitou os dirigentes albaneses (Hashim Thaci, Ibrahim Rugova, Agim Ceku) a concretizarem a respectiva retórica acerca da democracia e do Estado de direito, e a renunciarem à violência e à corrupção como instrumentos de táctica política.² É surpreendente que não tenha sido anunciado qualquer encontro com representantes sérvios e que, se bem que tenha insistido na democracia, não tenha mencionado o regresso dos refugiados, nem a existência de um Kosovo pluritétnico.

As lições dos conflitos anteriores nos Balcãs foram tiradas por Sérgio Vieira de Mello, subsecretário geral da ONU encarregado dos assuntos humanitários e administrador interino da província: «A manutenção da pluritétnicidade constitui, só por si, um objectivo moral, mas também é uma questão de pragmatismo. Qualquer ideologia que aceite o conceito de pureza étnica num sítio, tal como o Kosovo, em que muitas culturas têm coexistido no passado, conduz à exclusão e, inevitavelmente, à perpetuação de um ciclo de vinganças violentas [...]. O que, a curto prazo, parece ser expediente pode tornar-se catastrófico a longo prazo.» E concluiu afirmando que, se bem que «a promoção, paciente e persistente, da pluritétnicidade nos Balcãs possa parecer anacrónica, constitui, no entanto, a única esperança para quebrar o ciclo de violência»³.

Desde o início da crise jugoslava, as políticas da UE e dos EU basearam-se numa metodologia casuística e de gestão reactiva dos conflitos. Em vez de ser uma acção preventiva, a respectiva intervenção consistiu numa reacção tardia ao despoletar da violência. A paz foi imposta pela força e as necessidades mais prementes dizem respeito à segurança e à reconstrução económica, política e administrativa. Mas, o mais difícil, é a restauração da confiança e a abordagem de alguns problemas de base: superar os nacionalismos exacerbados e os fundamentalismos que abun-

dam, não só no Kosovo como em toda a região. A conclusão lógica é a de que se torna necessário delinear uma visão nova e abrangente, relativamente a todo o Sudeste Europeu, incluindo a Sérvia⁴. O regresso dos refugiados ao Kosovo, assim como à Croácia ou à Bósnia, o restabelecimento das relações comerciais e da livre circulação, a garantia efectiva dos direitos das minorias e das autonomias, uma justiça não discriminativa para todos os criminosos de guerra e o reforço da lei e da justiça na região são exemplos das condições necessárias para um desenvolvimento pacífico. O colóquio extraordinário do Liechtenstein sobre a Paz e o Futuro no Sudeste Europeu, organizado pelo Dr. Wolfgang Danspeckgruber (Universidade de Princeton), em Vaduz, entre 17 e 20 de Junho de 1999, chegou a conclusões similares. Os participantes, entre os quais se destacavam o Príncipe Alexandre da Jugoslávia, Carl Bildt, Hannes Androsch, Albert Rohan, Muhamed Sacirbey e George Soros, concordaram na urgência da restauração da cooperação e da criação de um espaço comum nos Balcãs.

As referências às experiências de um Plano Marshal e à Comunidade Europeia, assim como ao Pacto de Estabilidade aprovado na cimeira de Sarajevo, em 30 de Julho de 1999, destinado a promover a estabilidade, a prosperidade e a democracia nos Balcãs, apontam no sentido de uma cooperação regional. Mas a questão é a de saber se é possível ou desejável excluir a Sérvia, tal como aponta a cimeira de Sarajevo? Uma estratégia de sanções e de castigo colectivo contra uma nação não constitui o método mais eficaz para manter a pressão sobre o regime e para ajun-

Desde o início da crise jugoslava, as políticas da UE e dos EU basearam-se numa metodologia casuística e de gestão reactiva dos conflitos. Em vez de ser uma acção preventiva, a respectiva intervenção constituiu uma reacção tardia ao despoletar da violência. A paz foi imposta pela força e as necessidades mais prementes dizem respeito à segurança e à reconstrução económica, política e administrativa.

(...)

Mas a questão é a de saber se é possível ou desejável excluir a Sérvia, tal como aponta a cimeira de Sarajevo? Uma estratégia de sanções e de castigo colectivo contra uma nação não constitui o método mais eficaz para manter a pressão sobre o regime e para ajudar a oposição.

¹ Steven Erlanger, «Holbrooke Holds Talks with Kosovar Leaders», *International Herald Tribune*, 30 de Agosto de 1999.

² Steven Erlanger, «Holbrooke's Message to Kosovo: It won't be Easy», *International Herald Tribune*, 31 de Agosto de 1999.

³ *International Herald Tribune*, 25 de Agosto de 1999.

⁴ Anthony Borden e Christopher Bennett, director-geral e editor principal do Institute for War and Peace Reporting, baseado em Londres, «Heal the whole Balkan Region, Serbia included», *International Herald Tribune*, 15 de Junho de 1999.

Para que a paz vença, não basta ajudar a reconstruir a comunidade econômica e política. É, pelo menos, de igual importância lidar com as mentalidades, marcadas pela memória nacionalista e por meio século de herança comunista, assim como estabelecer um pluralismo de partidos políticos, de organizações econômicas e sociais e, especialmente, de meios de informação, frequentemente ainda monopólio dos governos ou submetidos a um controlo rigoroso.

dar a oposição. Um método mais aberto, incentivador do povo, da imprensa livre e dos partidos e movimentos de oposição seria provavelmente mais eficaz para acelerar a mudança de regime na Jugoslávia. Tal parece ser a preocupação de muitos países vizinhos para os quais a Sérvia, através da sua posição central na região, constitui um importante parceiro económico. Assim, o objectivo principal dos programas de reconstrução da região, incluindo a Sérvia, deve ser o de cicatrizar as feridas e reformar, restaurar e reforçar os laços entre as nações, os grupos étnicos e os cidadãos. Carl Bildt, antigo Primeiro-Ministro sueco e enviado principal do secretário-Geral, Kofi Annan, aos Balcãs, manifestou um parecer idêntico numa entrevista que deu a Barbara Crosseite. Considerou que tanto a Europa como os Estados Unidos devem virar as suas atenções para as mudanças políticas e económicas a longo prazo, especialmente na Sérvia. O êxito no Kosovo «depende muito do que irá acontecer na Sérvia» que, segundo Carl Bildt, «é a nação central da região». Acredita que se a Sérvia não se auto-reformar, será muito difícil alcançar algo de substancial com as outras nações. «É claro que é necessário reconstruir, mas é muito mais necessário reformar». Acrescentou que a utilização ineficiente ou o desvio da ajuda constitui um dos maiores obstáculos em toda a região. Não defende ser necessário aguardar pelo julgamento de Milosevic para se começar a tratar dos problemas fundamentais de um país em rápido descalabro, com uma economia que, só este ano, decresceu entre 30 e 40 por cento. «Isso deve-se, em larga medida, aos bombardeamentos, mas não só».⁵ Nesta perspectiva, a contribuição da União Europeia deveria consistir, tal como foi proposto pelo presidente Prodi, numa estratégia a longo prazo baseada na reconstrução, na reconciliação e na aproximação dentro dos Balcãs. Mas também numa aproximação com a União Europeia, incluindo a perspectiva de um futuro ingresso na UE de todos os países da região quando para tal estejam política e economicamente aptos.⁶ Com este objectivo, a ajuda multilateral, principalmente fornecida pela União Europeia, deve dar prioridade a projectos regionais e multinacionais, com especial atenção para progra-

mas e colaborações interétnicos e transfronteiriços. Todas as iniciativas que contribuam para desenvolver as redes de cooperação dentro da região e com a União Europeia.

Para que a paz vença, não basta ajudar a reconstruir a comunidade económica e política. É, pelo menos, de igual importância lidar com as mentalidades, marcadas pela memória nacionalista e por meio século de herança comunista, assim como estabelecer um pluralismo de partidos políticos, de organizações económicas e sociais e, especialmente, de meios de informação, frequentemente ainda monopólio dos governos ou submetidos a um controlo rigoroso. Como primeiro passo, a OSCE criou uma estação de televisão independente no Kosovo. Contudo, uma das iniciativas mais prementes deve ser um esforço de educação centrado no ensino da história e da geografia, numa perspectiva comparativa e europeia, isenta de quaisquer manipulações nacionalistas. O impacto dessas duas disciplinas na juventude e na formação dos conceitos de nação e de pátria, assim como nos princípios básicos e nas atitudes é geralmente reconhecido. Daí a necessidade urgente não só de uma revisão dos manuais de história e de geografia mas também do desenvolvimento do ensino das ciências através do raciocínio experimental.⁷ As artes e a música, as linguas, todas as obras e criações culturais devem ser abordadas com um espírito aberto e em ligação com os aspectos comuns e diversos da cultura europeia. Nesta base, a juventude da região poderá, em cooperação com as outras, participar na construção de um futuro comum na Europa.

As consequências a longo prazo da guerra no Kosovo

Numa perspectiva a longo prazo, a guerra da NATO contra a Jugoslávia suscita uma série de questões fundamentais. Durante o período da guerra-fria, a NATO era a garante da segurança da Europa Ocidental face à ameaça soviética, e a defesa das democracias ocidentais encontrava-se sob a protecção e comando dos Estados Unidos. Quando rejeitou a cadeia de comando integrada, em 1965, o General de Gaulle retirou a França da organização mas manteve-a dentro da Aliança. Recusou que as forças armadas francesas estivessem subordinadas a um comandante americano e a uma estratégia imposta pelos Estados Unidos. No entanto, manteve-se fiel aos Aliados. Por vários motivos, os restantes membros ficaram satis-

⁵ Barbara Crosseite do *New York Times*, «Reforms crucial, Bildt says», *International Herald Tribune*, 30 de Agosto de 1999.

⁶ Discurso pelo Sr. Prodi, Parlamento Europeu, Estrasburgo, 21 de Julho de 1999.

⁷ Os Professores Leon M. Lederman (US) e Georges Charpak, França, Prémios Nobel da Física, promoveram esta nova metodologia para a educação científica.

feitos com um estado de coisas que lhes garantia a segurança e que lhes permitia concentrarem-se na respectiva reconstrução e desenvolvimento.

O desaparecimento da ameaça soviética (em consequência do colapso da União Soviética) criou um novo tabuleiro internacional em que o equilíbrio bipolar foi substituído por uma superpotência única numa economia mundial pluripolar. Esta situação, quase monopolística, afectou a política externa americana em muitos aspectos, nomeadamente a utilização de medidas unilaterais, o frequente recurso a sanções, à coacção e às intervenções militares. No seu artigo «The Lonely Superpower»⁸, Samuel Huntington apresenta uma lista das acções unilaterais empreendidas pelos Estados Unidos ao abrigo da crença de que a política externa americana se destina a fazer progredir os valores universais, tal como o afirmou o Secretário de Estado Adjunto Strobe Talbott. Além disso, o Secretário do Tesouro Adjunto Lawrence H. Summers (que se tornou Secretário do Tesouro em Maio de 1999) resumiu o síndroma da «hegemonia benigna» quando classificou os Estados Unidos como sendo a «primeira superpotência não imperialista» — uma afirmação que, em quatro palavras, exalta a Singularidade americana, a Virtude americana e o Poderio Americano.

De acordo com Samuel P. Huntington, «nos últimos anos, entre outras coisas, os Estados Unidos tentaram ou foram vistos como estando a tentar, mais ou menos unilateralmente, fazer o seguinte: pressionar outros países para que adoptem os valores e as práticas americanas relativamente aos direitos humanos e à democracia; impedir que outros países adquiram capacidades militares susceptíveis de contrabalançar a superioridade convencional americana; impor a extraterritorialidade das leis americanas a outras sociedades; classificar os países de acordo com o respectivo nível de adesão aos padrões americanos relativos aos direitos humanos, às drogas, ao terrorismo, à proliferação nuclear, à proliferação de mísseis e, agora, à liberdade religiosa; aplicar sanções aos países que não cumprem os padrões americanos relativamente a essas questões; promover os interesses das empresas americanas ao abrigo do *slogan* da liberdade comercial e dos mercados abertos; moldar as políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para servirem esses mesmos interesses empresariais; intervir em conflitos locais em que possuem interesses directos relativamente escassos; forçar outros países a adoptarem políticas económicas e sociais que beneficiem os interesses económicos ame-

O desaparecimento da ameaça soviética (em consequência do colapso da União Soviética) criou um novo tabuleiro internacional em que o equilíbrio bipolar foi substituído por uma superpotência única numa economia mundial pluripolar.

(...)

No caso do Kosovo, os Estados Unidos tomaram a dianteira nas negociações e na definição da estratégia da NATO e dominaram a campanha contra a Jugoslávia. Os aliados europeus assumiram papéis secundários, apesar de alguns gestos teatrais, declarações e iniciativas.

ricanos; promover as vendas de armas americanas ao estrangeiro e impedir essas mesmas vendas por outros países; forçar a saída de um Secretário Geral da ONU e ditar a nomeação do respectivo sucessor; expandir a NATO que passa a incluir a Polónia, a Hungria e a República Checa, e mais ninguém; lançar uma acção militar contra o Iraque e, mais tarde, manter duras sanções económicas contra o regime; classificar certos países como «estados renegados» e excluí-los das instituições internacionais porque se recusam a prostermar-se perante as pretensões americanas.

No caso do Kosovo, os Estados Unidos tomaram a dianteira nas negociações e na definição da estratégia da NATO e dominaram a campanha contra a Jugoslávia. Os aliados europeus assumiram papéis secundários, apesar de alguns gestos teatrais, declarações e iniciativas. O sentimento de uma estreita dependência dos Estados Unidos, proclamados «nação indispensável», suscitou uma aspiração por uma maior independência europeia e resultou na declaração de Colónia afirmando a necessidade urgente da criação de uma força militar independente, capaz de agir sem os Estados Unidos e sem a aprovação da NATO, e que possuía uma cadeia de comando autónoma e europeia. A campanha do Kosovo causou algumas fissuras na cadeia de comando da NATO. Durante a fase em que os guardiões da paz estavam a entrar no Kosovo, o general britânico Michael Jackson, encarregado da operação, recusou cumprir uma ordem do Comandante Supremo da NATO, o general americano Wesley Clark, para enviar uma força apoderar-se do aeroporto de Pristina antes dos russos, que enviaram 200 pára-quedistas. O General Jackson respondeu que não o faria porque não valia a pena desencadear a Terceira Guerra Mundial. Este episódio foi descrito a um comité do Senado, em Setembro, pelo General Henry Shelton, o qual sublinhou as muitas diferenças de apreciação existentes, não só entre os dois generais, mas também entre Washington e Londres, entre entidades oficiais europeias e o Pentágono, mas também entre este e a equipa de segurança de Clinton⁹,

⁸ *Foreign Affairs*, Março-Abril 1999, vol. 78, N.º 2, pág. 38.

⁹ Joseph Fitchett, «Disobeying Orders: NATO veil lifted. Top U.S. General Calls Command Stand of in Kosovo Troubling». *International Herald Tribune*, 11-12 de Setembro de 1999, o general Henry Shelton é o presidente do Conselho de Estado Maior dos Estados Unidos.

A guerra teve algumas consequências de longo alcance a nível internacional e mais especialmente no que toca às relações com grandes potências como a China e a Rússia. A decisão unilateral da NATO ignorou as Nações Unidas e humilhou a Rússia, membro permanente do Conselho de Segurança e membro do grupo de contacto. Ao recriar um ambiente de desconfiança, deteriorou as relações entre a Rússia e a NATO e os países ocidentais, causando uma deslocação da política externa russa num sentido nacionalista e de aproximação à China.

assim como entre o General Wesley Clark e o seu oficial comandante da Força Aérea dos Estados Unidos, o Tenente General Michael Short¹⁰.

Para além da questão das relações entre americanos e europeus, do respectivo clima de confiança e das percepções de cada um quanto às futuras reformas da NATO, o processo decisório durante a campanha e as operações no Kosovo voltaram a abrir a questão mais geral das relações entre os principais centros de poder num sistema democrático, mais precisamente entre os poderes militar e político, assim como acerca da influência dos meios de comunicação sobre ambos. Na realidade, o poder militar dentro da NATO foi predominante na definição da estratégia e da extensão dos alvos militares e civis. Mesmo durante a fase operacional, a questão da guerra ou da paz é demasiado vital para ser deixada nas mãos dos generais. A preponderância da autoridade política, confirmada no caso McArthur, parece não ter sido respeitada durante a campanha contra a Jugoslávia. A estratégia e as operações da NATO foram vigorosamente apoiadas por um serviço de informação altamente centralizado e centrado em acções e estratégias militares que, como observou Henry Kissinger, aumentaram perversamente o sofrimento das populações em benefício das quais estavam proclamadas e, supostamente, a ser aplicadas¹¹.

Enquanto a máquina de propaganda de Belgrado funcionava dentro do espaço praticamente fechado da Jugoslávia, as directivas da NATO eram espalhadas por uma rede global de meios de comunicação. A eficiência do porta-voz e dos serviços de informação da NATO, a passividade dos jornalistas e a ausência de opiniões críticas causaram, *a posteriori*, algumas preocupações quanto ao pluralismo da informação nas democracias ocidentais quando confrontadas com situações de conflito. Qual é o impacto real dos meios de informação, aparentemente poderosos mas, ao mesmo tempo, facilmente influenciáveis e frágeis? Trata-se de uma questão acerca do seu papel real nas sociedades de informação de alta tecnologia.

A guerra teve algumas consequências de longo alcance a nível internacional e mais especialmente no que toca às relações com grandes potências como a China e a Rússia. A decisão unilateral da NATO ignorou as Nações Unidas e humilhou a Rússia, membro permanente do Conselho de Segurança e membro do grupo de contacto. Ao recriar um ambiente de desconfiança, deteriorou as relações entre a Rússia e a NATO e os países ocidentais, causando uma deslocação da política externa russa num sentido nacionalista e de aproximação à China. Segundo alguns peritos, poderá tratar-se do início de uma coligação Eurasiática contra a NATO, que poderia incluir a Índia, juntando cerca de 2,5 mil milhões de pessoas, possuindo um formidável poderio militar e um vasto arsenal de armas nucleares. O seu objectivo comum é contrañar o domínio global americano, tendo já manifestado a sua convergência de atitudes ao oporem-se à campanha de bombardeamento. Além disso, existem sinais concretos acerca do aumento das exportações russas de armamentos sofisticados para a China e para a Índia¹².

Alarmado com estas tendências desestabilizadoras, o Conselho Europeu de Colónia dedicou uma atenção especial ao reforço da parceria com a Rússia. Por seu turno, a Alemanha deslocou a sua atenção para Leste, esforçando-se por criar um ambiente mais estável e seguro através do apadrinhamento da adesão rápida da Polónia, da Hungria e da República Checa à União Europeia, acompanhado por um pacote de auxílio para os Balcãs, que poderia ascender a 30 mil milhões de dólares, e pelo lançamento das fundações de uma nova política para com a Rússia. Esta convergência de esforços, desenvolvidos tanto pela União Europeia como pela Alemanha, tende a restaurar a confiança e a desenvolver uma parceria estreita com a Rússia na direcção da «Casa Comum Europeia». Esta estratégia destina-se a prevenir um retorno ao diálogo exclusivo Estados Unidos-Rússia e a criar uma ordem de paz europeia da qual a Rússia é elemento indispensável. O alargamento da União Europeia aos países do Leste da Europa e o seu complemento natural, constituído por formas de participação com a Comunidade de Estados Independentes (CEI), são as fundações de uma grande Europa. Esta estratégia de cooperação, através da integração e de parcerias económicas e políticas, parecem estar em concorrência com o conceito de expansão da NATO existente em Washington, o qual requer que a aliança apadrinhe a democratização e a modernização dos exércitos da Europa Central e de Leste. Neste contexto, a NATO é vista em Washington como um instrumento destinado a integrar a Europa numa base militar. Segundo

¹⁰ Dana Priest, «Strikes divided NATO Chiefs», *International Herald Tribune*, 22 de Setembro de 1999. O desacordo entre os dois principais comandantes americanos da NATO era acerca dos alvos a bombardear.

¹¹ Henry Kissinger, «Why Europe must not divorce itself from NATO», *Electronic Telegraph*, www.telegraph.co.uk

¹² Tyler Marshall, «Russia, China and India: Do Closer Ties Bode U.S. Ill?», *International Herald Tribune*, 28 de Setembro de 1999.

William Pfaff, «O plano encara a UE como um agrupamento regional subordinado de membros da Europa Ocidental de uma NATO expandida e dirigida por Washington»¹³. Esta metodologia assenta, essencialmente, numa lógica militar que implica o relançamento da corrida aos armamentos.

A guerra revelou a diferença acentuada entre as duas abordagens assim como alguns aspectos negativos da NATO, a qual não possui a capacidade legal, nem os meios apropriados para lidar com conflitos internos ou guerras civis. Não possui uma legitimidade própria para definir valores e regras universais quando empreende acções unilaterais, que deparam com a oposição das potências principais e da maior parte do resto do mundo. Encarada como uma ameaça, esta política poderia incitar as potências mais pequenas a desenvolverem uma capacidade nuclear e armas biológicas, envolvendo-se numa nova corrida aos armamentos. Opõe-se à estratégia europeia e ao conceito alargado de segurança baseada na cooperação, prolongamento lógico da política de integração europeia e a melhor garantia para a paz. A guerra da NATO não contribuiu para modificar esta tendência. Assim, a nossa conclusão preliminar é a de que a NATO, única ligação organizacional entre os EU e a UE, não é uma instituição adequada à promoção e desenvolvimento de uma cooperação política e económica entre pares.

Por fim, a questão da motivação moral das intervenções humanitárias através de meios militares é fulcral. Será que os resultados alcançados justificam as acções efectuadas? Será que permitiriam melhorar

Na realidade, as responsabilidades globais dos Estados Unidos parecem ter-se contraído consideravelmente perante a tragédia humanitária em Timor Leste. (...) O desafio de Timor Leste confirmou que a comunidade internacional tem uma necessidade urgente de definir os critérios para as intervenções humanitárias.

a situação e impedir a limpeza étnica? Os objectivos morais e as intenções não bastam para justificar os danos físicos e humanos. A proclamação de uma missão civilizadora e humanitária, efectuada através desse meio supremamente desumano que é a guerra de alta tecnologia, evoca muitas catástrofes humanas ocorridas em nome da justiça. Nesta fase crítica, importa determinar quais os critérios e os limites das intervenções militares humanitárias. A experiência indica que tais intervenções não são contempladas contra grandes potências, contra membros da aliança ou contra aliados das grandes potências. Parece tratar-se mais de uma questão de poder e de

O alargamento da União Europeia aos países do Leste da Europa e o seu complemento natural, constituído por formas de participação com a Comunidade de Estados Independentes (CEI), são as fundações de uma grande Europa.

Assim, a nossa conclusão preliminar é a de que a NATO, única ligação organizacional entre os EU e a UE, não é uma instituição adequada à promoção e desenvolvimento de uma cooperação política e económica entre pares. (...) a questão da motivação moral das intervenções humanitárias através de meios militares é fulcral. Será que os resultados alcançados justificam as acções efectuadas? Será que permitiriam melhorar a situação e impedir a limpeza étnica? Os objectivos morais e as intenções não bastam para justificar os danos físicos e humanos. A proclamação de uma missão civilizadora e humanitária, efectuada através desse meio supremamente desumano que é a guerra de alta tecnologia, evoca muitas catástrofes humanas ocorridas em nome da justiça. Nesta fase crítica, importa determinar quais os critérios e os limites das intervenções militares humanitárias.

distância geográfica, do que de justiça e de acção humanitária. No artigo já mencionado, Henry Kissinger pergunta: «E depois, o que sobra? Seria estranha uma revolução que proclamasse novas máximas universais mas que não encontrasse nenhuma aplicação prática para elas, a não ser contra um único facínora balcânico. Assim, com uma definição mais estreita, a distinção retórica entre o interesse humanitário e o interesse nacional desvanece-se. Mas a tarefa que se coloca perante os dirigentes da NATO é a de serem ainda mais concretos e de darem respostas a questões tais como: quando e por que causas humanitárias é que a NATO irá projectar o seu poder militar?; que riscos está disposta a correr?; que preço está disposta a pagar?»

Na realidade, as responsabilidades globais dos Estados Unidos parecem ter-se contraído consideravelmente perante a tragédia humanitária em Timor Leste. Sandy Berger, o Conselheiro de Segurança Nacional do Presidente, sublinhou que esse problema humanitário não era comparável com as «profundas consequências de segurança e estratégicas» que estavam em causa no Kosovo. Esta declaração contrastou com a retórica oficial acerca das motivações humanitárias que justificaram os bombardeamentos na Jugoslávia. A segunda explicação dos Estados Unidos relativa a um envolvimento directo é que Timor Leste é uma terra remota, pequena e pobre, com uma importância estratégica muito menor do que a da Indonésia, quarto maior país do mundo, rico em petróleo e situado na encruzilhada de algumas rotas marítimas estrategicamente cruciais¹⁴.

O desafio de Timor Leste confirmou que a comunidade internacional tem uma necessidade urgente de definir os critérios para as intervenções humanitárias. ■

¹³ William Pfaff, «White Europe Dithers, NATO Advances Eastward», *International Herald Tribune*, 24 de Junho de 1999.

¹⁴ Alguns peritos militares põem em causa a eficiência do poderio dos Estados Unidos quando confrontados com casos como o de Timor Leste, onde não existe uma concentração de centros urbanos e de alvos económicos. A estratégia de bombardeamento e de «zero mortos» poderia revelar a fraqueza da enorme capacidade militar da única superpotência.